



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638299 - RS (2021/0000571-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : NELSON DA SILVA SILVEIRA  
**ADVOGADO** : NELSON DA SILVA SILVEIRA - RS047455B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MAIKE ORTIZ ESTRADA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAIKE ORTIZ ESTRADA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5071379-08.2020.8.21.7000).

O paciente foi preso preventivamente, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 121, § 2º, inciso IV (mediante recurso que dificultou a defesa dos ofendidos) e inciso VII (contra agente integrante da Segurança Pública), c/c art. 14, inciso II, e c/c art. 29 e art. 69 todos do Código Penal, na forma da Lei 8.072/90.

O impetrante sustenta que:

32. Veja-se ; que os autos da prisão preventiva , não permitem concluir-se de plano que o paciente , efetivamente tenha praticado o delito de tentativa de homicídio.

33. As condutas, delituosas, são individualizadas, e não podem em hipótese alguma, serem tornadas comuns e generalizadas, como é o caso em tela, posto que se quer os policiais, teriam tido condições de verificarem que estava dentro do veículo que sofreu a perseguição.

34. Se os policiais, não tinham condições de identificarem quem estava no interior do veículo e quem teria supostamente atirado, como então admitir-se a acusação contra o paciente, e a manutenção do decreto prisional contra este ? (fl. 20)

Aduz, que "somente se justificaria a manutenção do paciente preso, se houvesse ocorrido comoção social, e ou o delito a este atribuído praticado com violência a pessoa, fato que efetivamente não ocorreu, eis que não existe qualquer tipo de comprovação das alegações dos disparos, e mesmo que existissem, não foi o paciente, quem deferiu os

tiros. " (fl. 28)

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a decisão que decretou a prisão preventiva. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente